

Reforma agrária e desenvolvimento rural e urbano em Querência do Norte – Paraná

Amália Maria Goldberg Godoy/UEM¹
Paulo Bento da Silva/UEM²

RESUMO

A discussão sobre desenvolvimento e reforma agrária sempre esteve presente teoricamente e nas políticas públicas. Nestas, de um lado, há os que identificam os aspectos positivos para os assentados e, de outro, os que salientam os avanços no desenvolvimento local, sem maiores preocupações com o tempo de existência do assentamento. O presente artigo analisa a interface assentamento rural com o setor urbano e busca identificar as principais mudanças tanto no interior quanto fora do assentamento. Foi realizada uma pesquisa de campo, em Pontal do Tigre, no Município de Querência do Norte, no Paraná. Os resultados apontam que o assentamento, com mais de 30 anos, portanto, consolidado, apresenta dois impactos importantes: um dentro do assentamento, no qual se observam menores conflitos, melhoria das condições de vida e inserção social das famílias assentadas e o outro resultado é que as atividades econômicas do assentamento contribuem para o maior dinamismo do setor urbano, particularmente, no comércio local e mesmo regional.

Palavras chaves: Reforma Agrária, Desenvolvimento Local, Querência do Norte.

1 APRESENTAÇÃO

A reforma agrária, embora não se negue a sua importância, não há um consenso quanto ao seu papel. Verificam-se diferentes significados ao longo do tempo.

Na visão dominante, a reforma agrária promove a melhoria das condições de vida de milhões de marginalizados do processo produtivo e seus efeitos estão centrados no interior do assentamento.

Nesse contexto a reforma agrária assume um caráter distributivo e de promoção do desenvolvimento econômico nacional com equidade, de forma a reduzir o atual quadro de concentração de renda existente no país (LEITE, 2000; TEÓFILO; MENDONÇA, 2001; BESLEY E BURGESS, 2001). Uma posição mais pontual é a reforma agrária tendo o papel de geradora de emprego e renda no setor agrícola encontrada em VILELA (1997) e INCRA (2000).

A reforma agrária, ainda na visão dominante, também é enfocada como resgate da cidadania das famílias, as quais estão excluídas dos processos econômico e social devido à crescente e generalizada exigência de maior qualificação dos trabalhadores urbanos e o fato de que o crescimento econômico, nas últimas décadas, não foi suficiente para gerar postos de trabalho para toda a população economicamente ativa do país (SANTOS, 2001; ARAÚJO FILHO, 1996). Os assentamentos por serem caracterizados pela pequena produção podem também, segundo os estudiosos, promover a diversificação, com a agricultura familiar sustentável (ROSSET, 2002; SACHS, 2001; GUANZIROLI et al., 1997)

Observa-se, também, que os assentamentos de reforma agrária promovem uma melhoria na dieta alimentar da população assentada. Norder (2000, p.1) diz que “O fortalecimento da agricultura familiar através de projetos de reforma agrária constitui-se numa alternativa eficaz para combater a pobreza e a insegurança alimentar que, hoje, atingem uma grande parcela da população brasileira, principalmente a rural”. Em função do número limitado de postos de trabalho em determinados municípios do país, a produção para o auto-consumo representa uma condição primordial para determinados grupos de famílias.

Pode-se apontar que estas discussões, de maneira genérica, vislumbram os assentamentos como promotores de inserção social, melhoria da saúde e geradores de rendas dos assentados e estão restritos aos impactos existentes dentro do assentamento.

¹ Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá.

² Mestre em Economia/UEM

Com uma visão diferenciada e pouco representativa existem os teóricos que enfocam a reforma agrária como influenciadora das mudanças sócio-políticas locais. Ou seja, os impactos superam os limites do assentamento e estão, particularmente, centrados no campo das mudanças sociais e políticas.

Afirmam que a produção dos assentados pode não repercutir sobre o nível de atividade econômica nacional, mas pode ser muito importante para promover maior dinamismo econômico no município e/ou região em que ele está inserido (NOMURA; ORTEGA, 2002; BENEDETTI, 1998; MEDEIROS; LEITE, 1998; LEITE, 2000).

Para Nomura e Ortega (2002), afirmam que a reforma agrária garante o acesso à terra de elevado número de famílias desempregadas e pode, ao mesmo tempo, representar uma importante estratégia para o desenvolvimento tanto do campo quanto do local e/ou região. Benedetti (1998:147) diz que os assentamentos de reforma agrária podem transformar a situação local através de uma ruptura com as condições existentes no passado, “*de instabilidade, para uma nova situação, na qual serão colocadas novas demandas*”. Afirma ainda que as reivindicações não se restringe à terra, mas também ao crédito agrícola e à construção de infra-estrutura e o estabelecimento de novas relações dos grupos de famílias assentadas com a sociedade local e o poder público.

Com o assentamento, haverá um novo grupo de cidadãos que passará a reivindicar novas demandas dos setores públicos como investimentos em infra-estrutura – criação e manutenção de estradas, escolas, postos de saúde, contratação de novos professores, transporte, dentre outras – estes novos investimentos beneficiarão tanto o setor rural quanto urbano local e regional.

Guanziroli et al. (1997), por sua vez, argumentam que o sucesso de uma reforma agrária depende da responsabilidade dos estados e municípios, enquanto instâncias que direcionam os investimentos públicos para os cidadãos que ganharam uma identidade. Os assentados passam a constituir um núcleo de desenvolvimento local.

Os assentamentos rurais de reforma agrária, para essa visão podem ser vistos como criadores de capital social, uma vez que sua constituição introduz novos elementos e agentes, os quais promovem alterações nas relações do poder local. Dessa forma, os projetos de assentamento de reforma agrária são capazes de transformar as condições locais, promovendo maior dinamismo na economia local e regional (NOMURA; ORTEGA, 2002).

A formação de associações, cooperativas e sindicatos dos assentados pode inaugurar práticas de organização desconhecidas em determinadas localidades, com o surgimento de novas lideranças locais assim como alterar a cultura política da região. Estas novas lideranças acabam, muitas vezes, participando do processo político em suas localidades, tornando-se porta-vozes do grupo e de suas necessidades.

O dinamismo da região também é ampliado com a venda dos produtos oriundos dos assentamentos através de feiras, venda direta ao consumidor urbano e supermercados. As cidades com assentamentos, geralmente, recebem recursos financeiros do Estado e de organismos não-governamentais para apoio a projetos de desenvolvimento local e isto pode promover uma maior dinâmica financeira local. (MEDEIROS; LEITE, 1998; LEITE, 2000). Além disso, estimulará a abertura de novos estabelecimentos – o que gerará novos empregos e maior movimentação de mercadorias - e ampliará a arrecadação de impostos para o município (LEITE, 2000; NOMURA; ORTEGA, 2002).

Neste sentido, Fernandes e Ramalho (2001) citam o exemplo da região do Pontal do Paranapanema, onde foram assentadas 4.597 famílias, e diz que, entre 1995 e 1998, ocorreu um aumento de 88% na arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e melhoria no índice de educação e de renda.

Como se pode perceber, nesta corrente, a economia local é um espaço passivo que recebe “os benefícios” da existência do assentamento (onde os assentados vendem seus produtos, alteram relações de poder, são porta-vozes das minorias e proporcionam maior transferência de fundos, entre outros).

Este artigo objetiva mostrar que os impactos superam os relatados, quer dizer, os assentados começam a fazer parte do cotidiano local e a sua presença chega a ser fundamental para a recuperação e/ou expansão da economia local. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo para verificar se realmente existiam mudanças socioeconômicas e quais seriam as mudanças nas relações entre o assentamento e o setor urbano.

2 METODOLOGIA

O estudo objetivava averiguar se a reforma agrária promove o desenvolvimento, tanto no assentamento quanto no espaço de entorno, ou seja, no setor urbano de Querência do Norte-Paraná.

Para isso, além da revisão bibliográfica foi realizada uma pesquisa de campo.

Esta pesquisa foi organizada em duas fases. A primeira fase constituiu-se de entrevista com os assentados e foi realizada em abril de 2003. Na segunda fase, foram realizadas entrevistas com governo e empresários do município de Querência do Norte, no mês de setembro de 2003.

A escolha de Querência do Norte foi feita por possuir o maior número de assentamentos e assentados da Região Noroeste do Paraná. A opção pelo assentamento Pontal do Tigre ocorreu também se deu por este ser o primeiro assentamento de reforma agrária no Paraná. Um outro fator importante na escolha do assentamento foi que o assentamento se deu em 1988, portanto, suas relações econômicas e sociais dentro e fora do assentamento estão, relativamente, sedimentadas e, portanto, são passíveis de serem analisadas.

2.1 A PESQUISA DE CAMPO

A primeira fase da pesquisa de campo ocorreu no interior do assentamento Pontal do Tigre. Essa área foi palco de violência, desde o início de sua colonização, ainda na década de 1950. A área da fazenda Pontal do Tigre é de 10.800 hectares e é conhecida como "Gleba 29". Foi ocupada pelos sem-terra em 1988 e a desapropriação e emissão de posse ocorreram sete anos após a ocupação, ou seja, em 1995.

Possui 336 famílias assentadas, provenientes de diversas regiões do Estado do Paraná³. Embora participassem de diferentes organizações, estas tinham como objetivo comum a luta pela reforma agrária.

Para facilitar a organização interna do assentamento e evitar conflitos culturais e políticos, as famílias foram divididas em seis grupos, de acordo com o município de origem. Foram criados os grupos Amaporã, Capanema, Castro, Reserva, Tibagi e ADECOM⁴, este último formado por arrendatários da fazenda Pontal do Tigre.

O questionário foi aplicado, de maneira aleatória e possuía duas partes. A primeira parte identificava a origem e as condições sociais dos assentados, inclusive antes de fazer parte do assentamento. A segunda parte colhia informações sobre a situação econômica, financeira e ambiental das famílias assentadas, após a entrada no lote.

Outro questionário foi aplicado junto a algumas lideranças do assentamento, que participaram da ocupação da fazenda Pontal do Tigre, no ano de 1988. Como o movimento tem origens diferentes, entrevistaram-se os que pertenciam ao MST, os não filiados e os que discordaram da direção do MST.

Foram entrevistadas 91 famílias, de diferentes grupos, as quais corresponderam a 369 pessoas.

As informações constantes no questionário foram digitadas no banco de dados do programa Statistica. Todas as entrevistas com as lideranças do assentamento foram gravadas e depois transcritas.

Realizada a primeira fase da pesquisa e identificados os principais problemas e os canais de comercialização dos assentados, foi elaborado outro questionário, o qual foi aplicado no setor urbano. Este teve como objetivo dimensionar, qualitativamente, a importância econômica e social do assentamento junto ao comércio e à indústria local.

Este questionário foi aplicado nos 10 estabelecimentos comerciais mais citados pelos assentados pesquisados. O mesmo número de questionários foi aplicado em estabelecimentos que não foram citados pelos assentados evitando-se, assim, tendência nos resultados da pesquisa. Na pesquisa de campo, constatou-se que todos os empresários do comércio negociam, em maior ou menor grau, com os assentados do município.

³ A ocupação da fazenda Pontal do Tigre, em 1988, foi patrocinada, em partes, pelo governador do Estado, Álvaro Dias, prefeitos municipais, dentre outras autoridades políticas. Para maiores detalhes, ver Silva (2003).

⁴ Associação de Desenvolvimento Comunitário de Querência do Norte.

Ao todo, foram aplicados 21 questionários junto ao empresariado local, sendo 18 nos estabelecimentos comerciais e 4 no setor industrial.

Por último, foi elaborado um roteiro de conversa gravada, em setembro de 2003, para identificar as principais posições da prefeitura local em relação ao assentamento.

Os dados coletados junto ao empresariado local foram alimentados no programa Statistica e a entrevista com o diretor administrativo da prefeitura foi transcrita para ser analisada.

2.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA SOBRE OS INDICADORES ECONÔMICOS

É importante ressaltar que esta pesquisa representa parte da realidade dos assentados e de um assentamento. Outra observação a ser feita é que os dados para mensuração de renda, produção e produtividade refletem as informações dadas pelos entrevistados. Observa-se que os beneficiários da reforma agrária não conseguem fornecer, com exatidão, esses dados. Alguns assentados também sentiram desconforto e desconfiança quando indagados sobre sua renda. Apesar das dificuldades, apenas um entrevistado alegou não saber informar sua renda. Por outro lado, na maioria dos casos, o cálculo foi facilitado em função da principal atividade econômica comum do assentamento ser a pecuária⁵.

Normalmente, as análises sobre a reforma agrária levam em conta apenas os aspectos econômicos, comparando a produção das pequenas propriedades com a das grandes. Além da produção e da renda gerada nos lotes dos assentados, que podem ser quantificadas, existem o auto-consumo, as permutas, os laços de amizade, de solidariedade, as relações informais, mutirões, a ajuda mútua, a troca de dias- que reduz a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro- e a transmissão dos conhecimentos. Como quantificar variáveis tão complexas? Esses elementos estavam presentes no assentamento Pontal do Tigre. Todas as famílias afirmaram que a sua prioridade era a produção para o consumo familiar, o que se negociava era o excedente.

Diante do exposto, foi considerada como renda a remuneração obtida pela venda dos produtos produzidos no assentamento, a renda das pessoas que vivem no lote e trabalham ou prestam serviços fora do assentamento bem como os benefícios do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS).

3 RESULTADOS

3.1 ASPECTOS SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO TIGRE

Na pesquisa de campo foram entrevistadas 91 famílias, totalizando 369 pessoas, o que corresponde a uma média de 4,05 pessoas por lote. Os dados da tabela 1 mostram que o percentual de menores de 14 anos é de 19,54% da população total, e a maior parte da população encontra-se na faixa etária entre 19 e 50 anos, com quase 45% do total. Já o percentual de pessoas com mais de 65 anos é de menos de 5% do total, com predominância do sexo masculino.

Tabela 1. Quantidade e percentual do sexo e faixa etária dos assentados – Assentamento Pontal do Tigre.

Faixa Etária	Nº. de Pessoas	% Masculino	% Feminino	% Total
0 a 6	40	4,88	5,96	10,84
7 a 14	69	8,67	10,03	18,70
15 a 18	26	3,25	3,79	7,05
19 a 30	67	10,84	7,32	18,16
31 a 50	98	13,55	13,01	26,56
51 a 65	51	7,05	6,78	13,82
Mais de 65	18	3,52	1,36	4,88
Total Geral	369	51,76	48,24	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2003).

⁵ O predomínio, na pecuária, é a criação de gado leiteiro. Esta atividade oferece aos assentados uma renda mensal e/ou quinzenal.

É interessante observar que o maior percentual de mulheres está na faixa etária de zero a 18 anos. A partir desta faixa, a tendência se inverte, há maior incidência de homens. Esta tendência à masculinização ocorre em função da falta de oportunidades de trabalho, educação e profissionalização que o centro urbano exige. Entretanto, há necessidade de estudar os efeitos deste processo sobre a sociedade como um todo, conforme afirmam Camarano e Abramovay (1999).

Apesar de o percentual total de mulheres ser de 48,24%, o número de mulheres chefes de família é pequeno. Foram entrevistadas, apenas, sete mulheres/famílias nessa condição, ou seja, 7,59%.

As mulheres chefes são, em sua maioria, viúvas (quatro, com idade inferior a 40 anos) ou separadas. Esta situação parece ser a realidade dos demais assentamentos de reforma agrária brasileiros, conforme destacam Bergamasco e Ferrante (1998, p.180), "O acesso das mulheres aos benefícios da reforma agrária, como titulares de lotes, é situação de exceção. Somente passam pelo crivo legal do cadastro as viúvas, as solteiras ou quando for comprovada a impossibilidade do marido. [...] nos resultados do Censo: 85,6% dos entrevistados pelo Censo, no Brasil, são homens".

Das entrevistadas, duas declararam serem analfabetas e as demais cursaram, no máximo, até a quarta série primária.

Os dados coletados mostram que na faixa etária de zero a seis anos, 72,50% das crianças não freqüentam a escola (por não ter idade suficiente e não ter creche no assentamento) e 20% estão matriculadas no ensino pré-escolar.

A porcentagem de analfabetos é de 11,92% do total de assentados. Estes estão localizados na faixa etária acima de dezenove anos e aumentam progressivamente com o aumento da faixa etária. Na faixa etária de dezenove a trinta anos 2,99% são analfabetos, enquanto 72,22% dos maiores de sessenta e cinco anos encontram-se nesta situação.

Um ponto a ressaltar é que não existem crianças e adolescentes menores de dezoito anos analfabetos. Até esta faixa etária, os jovens estão cursando ou, ao menos, cursaram as séries iniciais. Dos 11,92% de analfabetos do assentamento, 6,77% são representados por pessoas do sexo masculino e 5,15% por pessoas do sexo feminino.

É elevado o percentual de chefes de família com baixa escolaridade: 21,98% são analfabetos e 58,24% têm até a 4ª série completa. Esta situação tende a permanecer e/ou pouco se alterar, uma vez que se constata que não há muito interesse ou disposição dos adultos em retornarem à sala de aula. Por outro lado, mesmo que houvesse o interesse, não existe nenhum programa de alfabetização de adultos no assentamento⁶.

Um dado positivo da pesquisa é que, sem nenhuma exceção, todas as crianças em idade escolar estão na escola⁷. Observa-se que, entre os assentados, existe uma preocupação muito grande em relação ao futuro e ao nível educacional de seus filhos.

Segundo Brandão (2003), defende-se também um modelo de escola diferente do proposto pelo Sistema de Educação da União. Os assentados defendem uma escola em que são desenvolvidas atividades para que os alunos compreendam a sociedade e a realidade dos assentados. Conforme diz Silvio (2000 apud BRANDÃO, 2003:187), "[...] Não só ensinar o blá, blá, blá, tudo que está no livro, no pé da letra [...]. Tem que ensinar pro aluno o que o mundo está vivendo, o dia a dia dele [...], o cotidiano dele [...], queremos que as professoras ensine um pouco a metodologia do povo".

A escola do assentamento atende os filhos de assentados, de pequenos produtores, de ilhéus e de empregados das fazendas. A principal preocupação da escola é fazer com que esses alunos não percam a sua identidade, conforme entrevista com Camilo (2003):

⁶ Segundo Camilo (2003), falta apoio do setor público e os analfabetos parecem não se preocupar muito com esta situação.

⁷ Todas as crianças com idade inferior a 14 anos encontram-se estudando atualmente. Segundo a diretora da Escola do Centrão, Profa. Maria Edi da Silva Camilo, quando uma criança tem mais de cinco faltas seguidas, sem justificativa, uma comissão vai até a casa dos pais saber o motivo das faltas e solucionar possíveis problemas. Segundo a diretora, este trabalho vem dando certo e esta atitude é a principal responsável pela não-evasão escolar no assentamento. Entretanto, um dado negativo é que 3,79% das crianças da faixa etária entre 7 a 14 anos trabalham e estudam.

[...]. E esse conhecimento tem que ser construído na escola, até mesmo que para o educando não perder a sua identidade. Então, isso é uma coisa muito forte que a gente tem, nós temos enquanto educadores. É fazer com que nossos educandos não percam a identidade, não perca quem ele é, da onde ele veio e aonde ele tá querendo ir. Pra ele conseguir superar toda essa dificuldade que o norteia é necessário que ele tenha esse conhecimento, “quem eu sou?” Que ele é um filho de assentado, que ele é um sem-terra, né. E o que ele quer da vida e aonde ele quer chegar. Então, eu vejo que essa questão é bem forte na nossa escola. E é bastante cobrado, também, da comunidade como um todo de estar trabalhando a realidade do aluno (CAMILO, 2003).

3.2 INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Após a chegada à fazenda Pontal do Tigre, as famílias passaram a viver debaixo de barracas de lona e enfrentaram diferentes tipos de adversidades, principalmente, nos dias de chuva e vento. Após a sua entrada no lote, esta situação se modificou. Na data da entrevista, todas as famílias possuíam casa, sendo que 82,42% viviam em casas de alvenaria. Dos restantes, 13,19% habitavam casas de madeira e 4,40% casas de construção mista, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Pela mesma tabela observa-se que quase 60% dessas casas, 52 casas, possuíam metragem inferior a 70m², e 12% das famílias tinham casas com área total superior a 100m², totalizando 11 casas.

Tabela 2. Tipos e tamanhos das residências das famílias–Assentamento Pontal do Tigre.

Residência	até 50 m ²		de 50 a 70 m ²		de 70 a 100 m ²		mais de 100 m ²		Total	
	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%
Alvenaria	27	29,67	25	27,47	14	15,38	9	9,89	75	82,42
Madeira	4	4,40	3	3,30	3	3,30	2	2,20	12	13,19
Mista	1	1,10	2	2,20	1	1,10	0	0,00	4	4,40
Total Geral	32	35,16	30	32,97	18	19,78	11	12,09	91	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2003).

No assentamento Pontal do Tigre, 100% das famílias possuem energia elétrica. Em função das atividades econômicas desenvolvidas, a energia elétrica é de extrema importância para os assentados.

Um dado preocupante é a utilização de agrotóxicos no combate a pragas e doenças. Apesar de haver preocupação dos educadores e da existência de projetos agropecuários que objetivavam a preservação da natureza ainda se constatam acidentes no campo. É elevado o percentual de pessoas que responderam ter alguém na família que já foi vítima de intoxicação por utilização de agrotóxico, 15,38%. Segundo os entrevistados, ainda não houve nenhuma morte, mas muitos dizem que não podem mais manusear e/ou passar qualquer tipo de agrotóxico, pois, têm reações alérgicas.

Uma das explicações para esse grande percentual pode ser o baixo nível de escolaridade dos chefes de família. Os dados levantados apontam que a maior incidência de intoxicação ocorreu nas famílias cujos chefes têm poucos anos de estudo. Dos quatorze acidentes com uso de agrotóxico, onze ocorreram nos lotes em que o chefe da família possuía, no máximo, a quarta série primária.

A maior incidência de intoxicação foi constatada na cultura do arroz. Destas quatorze famílias com problemas de intoxicação, nove cultivavam o arroz. Os assentados dizem que utilizam agrotóxicos nesta cultura por não conhecerem outros meios de combater as pragas e doenças que a atacam.

Além do baixo nível de escolaridade, outra explicação a ser considerada é a falta de assistência técnica para orientação do manuseio desses produtos. Dos 91 chefes entrevistados, 30 disseram não receber orientação e/ou informação da forma de manuseio dos agrotóxicos. Segundo eles, na hora da compra dos produtos são informados de que devem se prevenir e tomar muito cuidado na hora de aplicação do produto. Outras famílias disseram que dificilmente recebem acompanhamento técnico, seja este da Emater ou de cooperativas. Enquanto muitas famílias disseram que os técnicos passam com regularidade em suas propriedades. O que se percebe é de que os lotes mais bem-estruturados recebem mais apoio e orientação técnica.

Essa situação é confirmada pelos comerciantes entrevistados, no setor urbano. Para eles, falta maior acompanhamento técnico e cursos especiais para os assentados. Segundo os mesmos, alguns assentados não conseguem produzir nem para a subsistência e acabam comprando verduras e legumes na sede do município, uma vez que não conseguem e/ou não sabem como produzir em seus lotes. “Se não tiver

maior acompanhamento técnico, estas pessoas, apesar de serem minoria, acabam se desiludindo e tendem a abandonar seus lotes”.

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS

É importante destacar que todos os entrevistados disseram que produzem quase tudo que necessitam para a subsistência familiar. Quando não o produzem em seu lote, recorrem ao escambo ou à compra dentro do próprio assentamento, o que aumenta a renda e a integração entre os grupos.

Na produção agropecuária, os principais produtos comercializados são: o arroz, mandioca, milho, algodão, soja e o bicho da seda⁸. Apesar de todos os grupos produzirem, em função da qualidade da terra, da topografia e da existência de áreas alagadas, alguns assentados não conseguem diversificar a sua produção e ocupar todo o lote. Dos 91 chefes entrevistados, apenas quarenta e quatro disseram aproveitar 100% do lote. Em função das áreas alagadas, quinze disseram que aproveitam menos de 75% e quatro aproveitam, apenas, 50% de seu lote.

Com relação à pecuária, a maioria dos assentados destina toda ou, ao menos, uma parte do lote para criação de gado leiteiro, pois, 91,2% dos assentados comercializam parte do leite produzido e o utilizam para consumo familiar. Esta atividade é de fundamental importância para os assentados, pois, o pagamento é realizado mensalmente, portanto, para eles, é garantia de renda.

O leite é o produto mais comercializado pelos assentados. Toda produção leiteira é destinada a um laticínio instalado no município e para a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda (COANA⁹). O laticínio do município produz derivados do leite, que são comercializados, principalmente, no Estado de São Paulo. O leite recolhido pela COANA é destinado a um laticínio localizado em Nova Londrina.

Algumas famílias, isoladamente produzem, beneficiam e comercializam queijos. Estas famílias buscam distribuidores em outros municípios para poderem ampliar a produção.

Os produtos de subsistência, quando há excedentes, são comercializados diretamente com o consumidor ou por intermediários do município. Os intermediários, nos períodos de safra, principalmente, compram o arroz, milho e feijão, os quais são comercializados na região.

3.4 RENDA MONETÁRIA FAMILIAR E PER CAPITA

Foi analisada a renda monetária auferida com as vendas dos produtos do lote e a renda total, que é a soma da renda da venda dos produtos somada às outras rendas, como salários de membros da família, aposentadorias e serviços prestados a terceiros.

Pela tabela 3 observa-se que a maioria dos pesquisados declarou ter uma renda igual ou superior a um salário-mínimo¹⁰. Das 91 famílias entrevistadas, no entanto, em oito constatou-se que a renda era inferior a um salário-mínimo. Se for considerada a renda total, o número se reduz para quatro. É problemático constatar que, no assentamento, ainda exista uma situação de baixíssima renda monetária. O aspecto positivo são as diversas redes de solidariedade que resultam em melhoria da renda familiar.

Por outro lado, apenas 3 famílias auferem renda igual ou superior a três salários mínimos com os produtos do lote. Quando se soma a renda de ocupações não-agrícolas à renda do lote, a quantidade de famílias que possuem mais de 3 salários mínimos é de 18, o que corresponde a 19,78%.

⁸ Além dos produtos destinados à comercialização, os assentados plantam hortaliças, possuem pomares de frutas para o consumo familiar e criam pequenos animais, como porcos, frangos e ovinos, dentre outros.

⁹ A COANA é a cooperativa dos assentados do município de Querência do Norte.

¹⁰ O valor considerado do salário-mínimo foi de R\$ 200,00.

Tabela 3. Faixa de renda do lote e total das famílias – Assentamento Pontal do Tigre.

Faixa de Salários Mínimos	Renda do Lote		Renda Total	
	Q.	%	Q.	%
De 0 a ½	1	1,10	1	1,10
½ a ¾	3	3,30	1	1,10
¾ a 1	4	4,40	2	2,20
1 a 1,5	39	42,85	24	26,37
1,5 a 2	24	26,37	21	23,08
2 a 2,5	10	10,99	14	15,38
2,5 a 3	6	6,59	9	9,89
Mais de 3	3	3,30	18	19,78
SD	1	1,10	1	1,10
Total Geral		,00		,00

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2003).

SD significa: dados não foram fornecidos.

O maior valor declarado de renda do lote foi quatro salários mínimos. Na renda total verificou-se somente um caso com mais de cinco salários, devido mais de uma pessoa receber benefícios da previdência social.

A média geral de renda foi de R\$280,90. Ao se considerar a renda total familiar este valor passa para R\$393,78. Estes valores estão acima da média nacional. Sparavek (2003) diz que os valores de renda familiar mais elevados ocorrem nos projetos criados entre 1985 e 1994. Segundo o autor, a média da renda nacional nos lotes de assentamento, no Brasil, é de R\$232,00 por mês¹¹.

Já a renda *per capita* média do assentamento, considerando todas as remunerações auferidas, foi de R\$114,06, o que na época da pesquisa estava um pouco acima de meio salário-mínimo. Olhando para o todo, pode-se dizer que a renda *per capita* média é superior a US\$ 1,00 por dia¹².

Observou-se que a renda *per capita* de cada grupo não é homogênea e mesmo dentro de cada grupo ocorrem variações. A menor variação de renda ocorre nas famílias de assentados do grupo de Capanema, os demais apresentam grandes variações¹³. Este grupo e o de Amaporã são os que apresentam as maiores rendas *per capita*, sendo R\$130,08 e R\$126,71 respectivamente. As menores rendas *per capita* estão localizadas nos grupos de Tibagi (R\$106,37), Reserva (R\$106,30) e ADECOM, com R\$ 100,18.

Uma das explicações para a melhor condição econômica do grupo de Capanema é a sua localização geográfica privilegiada em relação aos demais grupos. Constatou-se, na pesquisa de campo, que é o grupo que consegue a maior diversificação produtiva. Os grupos de Capanema e Amaporã estão localizados em terras, que possuem poucas áreas alagadas, o que facilita a diversificação de atividades.

A tabela 4 apresenta a situação de cada grupo.

Os grupos ADECOM, Reserva e Castro apresentam as piores situações, mais de 50% das famílias têm uma renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo.

A melhor situação, novamente, é a do grupo Capanema. Neste grupo, ninguém está na faixa de 0 a ¼ de salário-mínimo e 72,22% das famílias possuem renda superior a ½ salário-mínimo *per capita*.

Apesar de o grupo Amaporã ter renda *per capita* de R\$126,71, verifica-se que quase 50% das famílias possuem renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. As famílias que recebem acima de meio e abaixo de um salário-mínimo representam 35,17%.

¹¹ Sparavek (2003) diz que o Nordeste apresentou os menores valores e o Estado de São Paulo os maiores e que as maiores fontes de renda complementar foram as pensões e outros benefícios do governo (bolsa-escola, pensões, aposentadoria, vale-gás, entre outros) e a venda de trabalho no projeto ou na região (diarista).

¹² Cotação do dólar em novembro de 2003 em R\$2,88.

¹³ A tentativa de se traçar um perfil dos assentados que auferiram maiores rendas foi frustrada, uma vez que em todos os cruzamentos de dados (renda do lote X atividade anterior, escolaridade, faixa etária, etc) os resultados são inconsistentes para análise.

Tabela 4. Faixa de renda per capita por grupo de origem – Assentamento Pontal do Tigre do Tigre em SM.

Faixa de Renda per capita	ADECOM		Amaporã		Capanema		Reserva		Castro		Tibagi		Assentamento	
	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%	Q.	%
De 0 a ¼	1	6,67	3	21,43	-	-	4	16,00	2	13,33	1	25,0	11	12,09
¼ a ½	8	53,33	4	28,57	5	27,78	9	36,00	6	40,00	1	25,0	33	36,26
½ a ¾	1	6,67	2	14,29	6	33,33	8	32,00	3	20,00	2	50,0	22	24,18
¾ a 1	2	13,33	2	14,29	3	16,67	2	8,00	1	6,67	-	-	10	10,99
1 a 2	1	6,67	3	21,43	4	22,22	2	8,00	2	13,33	-	-	12	13,19
Igual a 2	1	6,67	-	-	-	-	-	-	1	6,67	-	-	2	2,20
SD	1	6,67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,10
Total	15	100,00	14	100,00	18	100,00	25	100,00	15	100,00	4	100,0	91	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2003).

Quando indagados sobre sua situação econômica atual em relação ao passado (se melhor, igual ou pior), 92% disseram que melhorou e somente 7,6% disseram que sua situação permaneceu igual. Nenhum disse que sua situação piorou. Mesmo havendo pessoas que consideram que sua condição econômica não se alterou, é importante ressaltar que nenhuma família abandonou seu lote.

A tabela 5 mostra a origem da renda dos lotes. Observe que 67,03% das famílias dependem exclusivamente da renda do lote. Pode-se verificar, também, que a participação dos aposentados na composição da renda familiar é elevada, (21,98%). Por outro lado, é pequena a participação de rendas provenientes de pessoas empregadas fora do lote (6,59%); e para outros tipos de renda, como arrendamento e prestação de serviços a terceiros, o percentual é ainda menor: 4,40%.

Tabela 5. Origem das rendas dos lotes – Assentamento Pontal do Tigre.

Origem	Nº. de Lotes	%
Lote	61	67,03
Lote mais Aposentadorias	20	21,98
Lote mais Salários	6	6,59
Lote mais outras rendas	4	4,40
Total Geral	91	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (abril de 2003).

Se desconsiderarmos a participação dos aposentados na formação da renda familiar total, pode-se apontar que ainda é pequena a participação da renda não-agrícola na composição da renda total.

3.5 AS PERSPECTIVAS DENTRO DO ASSENTAMENTO

Apesar das dificuldades, os assentados buscam alternativas para aumentar a renda familiar. Uma dessas alternativas é a criação da cooperativa de trabalho por parte de um grupo de mulheres assentadas. Na última visita ao assentamento, em setembro de 2003, foi constatado que estas mulheres realizaram parceria com um empresário do município, que atua no segmento de facção.

No assentamento Pontal do Tigre pôde ser observada a melhoria da qualidade de vida dos assentados, pois, não há crianças em idade escolar fora da escola, existe a garantia da venda da produção e comercialização de produtos para o setor urbano, moradia com água, luz e infra-estrutura, além do aumento da diversidade de produtos produzidos e trocados entre os assentados, como se pode observar pelo Quadro 1.

Antes de 1983	De 1983 a 1988	De 1988 a 2000
+/- 10 famílias.	+/- 96 famílias.	+/- 336 famílias.
+/- 3 mil cabeças de gado.	+/- 3 mil cabeças de gado.	Mais de 6 mil cabeças de gado*, milhares de cabeças de aves**.
Pasto e brejo.	Pasto, brejo e +/- 416 hectares arrendados para 86 famílias.	Plantio de arroz, milho, algodão, mandioca, criação de gado, pasto, reserva ambiental.
O que se produzia, era vendido fora do município de Querência do Norte.	Apenas o que era produzido pelos arrendatários era vendido no Município de Querência do Norte.	Todo o excedente é vendido e comercializado no Município e fora dele.
O que se consumia era comprado fora do Município.	Apenas o que os arrendatários consumiam era adquiridos no Município de Querência do Norte.	Tudo que se consome no assentamento (alimentos, bens e insumos), são comprados no Município de Querência do Norte, revitalizando a cidade.

Quadro 1. Situação da produção, numero de famílias, origem dos produtos consumidos e destino dos produzidos – Fazenda Pontal do Tigre.

Fonte: Brandão (2003) modificado pelo autor. +/- significa: “Mais ou menos”. / *Gado: boi, vaca, cavalo, porco, etc. **Aves: galinhas, patos, perus, etc.

Até 1983, os 10.800 hectares de terra empregavam, aproximadamente, 10 famílias e a renda gerada na propriedade era gasta fora do município. A partir de 1983, com as negociações entre o poder público local, sindicatos e iniciativa privada, uma pequena parte da fazenda passou a gerar emprego e renda para 96 famílias do município. Após a desapropriação da fazenda, em 1995, este número aumentou para 336 famílias. Nesse período ocorreu aumento da produção e diversificação das atividades desenvolvidas na área.

Desta forma, pode-se dizer que, após o assentamento, ocorreram a produção de alimentos e geração de renda para centenas de famílias. A terra passou a ser explorada de maneira mais intensiva e diversificada e a renda obtida passou a ser gasta no município.

O assentamento gerou empregos diretos para centenas de pessoas que estavam fora do mercado de trabalho e/ou não tinham perspectiva de melhoria de condições de vida.

3.6 O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nas entrevistas realizadas junto ao empresariado local, constatou-se que, após a chegada dos sem-terra, em 1988, ocorreu um aumento no nível de atividade econômica do município. Todos disseram que os assentamentos que surgiram no município foram importantes para dinamizar o comércio da cidade, que vinha decaindo há anos.

Para os mesmos, antes da chegada dos sem-terra, muitos fazendeiros não exploravam suas terras e a maioria dos que exploravam viviam fora do município. Desta forma, toda a renda gerada no município pelas fazendas era gasta na cidade de origem do fazendeiro. Com o assentamento, a renda gerada é toda gasta no município, o que tem garantido maior dinamismo do comércio local.

Os empresários comentam que, até a chegada dos sem-terra, era possível contar “com facilidade” o número de estabelecimentos comerciais. Segundo os entrevistados, não havia supermercado, apenas bares e mercearias. Após a chegada dos sem-terra e com o aumento de pessoas produzindo na região, a cidade se transformou. Foram criados dois supermercados e outros mini-mercados, além de investimentos em postos de combustíveis e indústrias de transformação.

Para alguns empresários, particularmente pequenos, do ramo do varejista, o consumo dos assentados chega a representar até 60% de suas vendas totais. Entretanto, todos os empresários entrevistados afirmam que teriam seus lucros reduzidos, caso os mesmos deixassem de comprar.

Para a Associação Comercial e Industrial de Querência do Norte, os assentamentos e a produção agropecuária dos assentados foram primordiais para o aumento da atividade econômica no município. Com o aumento populacional, viabilizou-se a criação de pequenas empresas no município, gerando emprego e renda para centenas de pessoas.

Um dos exemplos do dinamismo econômico promovido com os assentamentos de reforma agrária foi o surgimento da indústria de fécula de mandioca¹⁴. Esta empresa, criada em 1994, tem toda a sua produção exportada para outros estados, sendo 90% para os estados do Nordeste e 10% para os da Região Norte. A maior parte da matéria-prima utilizada, a mandioca, vem dos assentamentos. Esta indústria conta com 35 empregados diretos e todo o seu processo de produção é automatizado.

Assim como se percebe a importância dos assentamentos na pecuária, aproximadamente, 90% do leite utilizado para transformação¹⁵ é originário dos assentamentos da região e de pequenos agricultores. Praticamente toda a produção do laticínio é comercializada no Estado de São Paulo. A empresa possui 14 empregados diretos e 5 indiretos (os que transportam o leite).

Com relação à inadimplência, na opinião de 95% dos empresários do segmento do comércio, ela é baixa. Segundo eles, os assentados são ótimos clientes e quase não há restrições ao crédito, salvo alguns imprevistos a que está exposto o setor rural, como fatores climáticos.

Outro fator que reduz o risco de inadimplência decorre do fato de que os assentados não podem ter nenhum título protestado em seu nome, pois se isto ocorrer, eles não conseguem obter financiamentos nos órgãos públicos. Como os assentados estão organizados em núcleos e é ele que representa os assentados junto à instituição financeira, se algum dos membros do núcleo ficar inadimplente e/ou ter algum título protestado, nenhuma família do núcleo receberá recursos. Observa-se, também, que as famílias que trabalham coletivamente, como as da COPACO, recebem maior confiança dos comerciantes. Segundo Gonçalves (2003), neste caso todos do grupo são responsáveis pela compra.

Pode-se afirmar que o assentamento contribuiu para a geração de emprego e renda no setor urbano tanto pela simples compra de bens duráveis e não duráveis - calçados, vestuários, ferramentas, implementos agrícolas, entre outros -, a utilização de serviços essenciais da área de saúde quanto pelas redes dinâmicas decorrentes das atividades conjuntas desenvolvidas no assentamento e no setor urbano.

3.7 A VISÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A chegada dos sem-terra ao município, em 1988, foi vista com desconfiança pela população e com muita preocupação pelo poder público local. Segundo o Diretor Administrativo da Prefeitura, Antônio Norberto Rossi (2003), a chegada, “repentina, dessas pessoas, que não possuíam recursos financeiros e necessitavam de todo o tipo de ajuda e infra-estrutura representava um problema para a prefeitura, pois, os recursos financeiros eram e são limitados”. Na época do levantamento, Rossi considerava o relacionamento normal, uma vez que os “assentados fazem parte da comunidade”.

Apesar da existência de oito assentamentos em Querência do Norte, estes não foram suficientes para assentar todas as famílias acampadas na beira da estrada. Segundo Rossi (2003), das 638 famílias assentadas no município, apenas, 30% nasceram no município. Ainda segundo ele, existem atualmente em torno de 250 a 300 famílias do município acampadas na região.

Em relação aos assentados, as maiores despesas da prefeitura, segundo Rossi (2003), concentram-se na saúde, educação e infra-estrutura¹⁶.

Para atender ao aumento da demanda de serviços públicos a prefeitura teve que contratar mais pessoas. Quando indagado sobre as transformações ocorridas no município com a chegada dos sem-terra, Rossi (2003) afirma que, com o aumento do número de habitantes, a prefeitura teve que abrir novas vagas e contratar pessoas para atender à demanda dos diversos serviços prestados, aumentando as despesas. Em 1988, o número de funcionários não chegava a 200, na época da pesquisa de campo, este número era de 460 pessoas. Rossi (2003) comenta que o aumento no número de funcionários “não decorreu apenas da chegada dos sem-terra ao município mas porque a prefeitura fez ampliação na rede

¹⁴ Indústria e Comércio de Féculas Juriti Ltda.

¹⁵ O Laticínio Noroeste produz apenas derivados- queijo e manteiga.

¹⁶ O maior gasto em infra-estrutura recai sobre a construção de estradas rurais. O INCRA faz o loteamento e a prefeitura realiza a construção das estradas no assentamento. Apesar de virem recursos do INCRA para estes serviços, o valor não é suficiente, obrigando a prefeitura a complementar o que falta.

de educação, melhorias no setor rodoviário e maior investimentos no setor de saúde, para atender a todos os residentes do município”.

Por outro lado, Rossi avaliou positivamente o desempenho econômico com o assentamento e afirmou:

O comércio aumentou o volume de vendas. [...] E a arrecadação, ela vem se mantendo, ela aumentou sim porque aumentou a área de plantio, né. A área de plantio do município ela vem crescendo. As áreas grandes dos fazendeiros, que tem áreas grandes, tá arrendando e os que não arrendou tá plantando. Áreas que eram pastagens, hoje tá se transformando em plantio de lavoura de soja. Pelo menos, nos últimos 4 anos, vem acontecendo isso, mais, assim, dizer que caiu a arrecadação, não, vem só crescendo. Não é só o fato da produção dos assentamentos, né, é num geral (ROSSI, 2003).

O diretor administrativo afirma que o aumento da produção de grãos no município não tem relação com a chegada dos sem-terra na região, mas sim com o medo da reforma agrária. Esclarece que a maioria dos fazendeiros, com receio de terem suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária, arrendam-nas. Desta forma vem ocorrendo um aumento, ano a ano, da área de plantio de grãos¹⁷ no município.

Quando indagado sobre eventuais ganhos ou perdas com relação às desapropriações de fazendas ocorridas no município, Rossi (2003) afirmou:

Da maneira de como elas vinham sendo conduzida, para o município se tornou agora melhor, [...]. Porque eram fazendas que realmente não produzia, era pouca receita, [...]. Hoje são consideradas como pequenos produtores e geram uma receita, não é assim uma receita [...] que seria o ideal, pode crescer mais, aumentar a produção, aumentar a produtividade dentro da pequena propriedade [...] (ROSSI, 2003).

Considera que a reforma agrária resultou em ganhos para todos:

[...] todos ganharam, porque, o comércio ganhou; o município hoje tem mais despesas, mas também tem mais arrecadação. Não só o fato da produção dos assentados, como eu disse pra você, tem vários fatores que fez a arrecadação do município crescer. Porque cresceu a população, cresceu a despesa, conseqüentemente tem que crescer a arrecadação. [...] (ROSSI, 2003).

Em relação aos partidos políticos, assim como na maioria das pequenas cidades, em Querência do Norte a população estava dividida em dois grupos, a situação e a oposição¹⁸. Segundo Rossi, com a chegada dos sem-terra e, principalmente, nas últimas eleições, apareceu o Partido dos Trabalhadores (PT), mas ainda não representa nenhuma quebra de hegemonia política no município. Entretanto, é importante ressaltar que, na última eleição municipal, o PT conseguiu eleger um representante para a câmara de vereadores, que, inclusive, é um assentado do município (ROSSI, 2003).

Em resumo, apesar da chegada dos assentados ter sido motivo de preocupação e medo por parte da maioria da população, este ambiente mudou, com o passar dos anos, principalmente, após a emissão dos títulos de posse, em 1995.

O empresariado local mantém bom relacionamento com os assentados. Grande parte destes não só dependem da produção de matérias-primas, como é o caso da mandioca, leite e arroz, como também consideram importante o consumo dos assentados, responsável pelo maior dinamismo do setor varejista do município.

Para a prefeitura, os assentamentos também trouxeram benefícios, apesar de terem aumentado os gastos nos setores essenciais. A renda gerada nos assentamentos tem promovido maior dinamismo no comércio local, o que se reflete de forma direta em maior arrecadação tributária. O medo dos fazendeiros de terem suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária também foi importante para o aumento da arrecadação do município, pois, estes arrendaram e a produção e renda aumentaram, sendo que esta é gasta no município.

¹⁷ Além disso, chama a atenção para a adesão dos fazendeiros ao Programa Soja no Arenito, desenvolvido pela COCAMAR e COPAGRA no município, que vem levando muitos fazendeiros a trocar a pecuária pela agricultura.

¹⁸ A situação, no momento é formada pela coligação do PMDB (partido do Prefeito) e PSDB (partido do Vice-Prefeito).

O principal problema enfrentado pela prefeitura eram os acampamentos na beira da estrada, uma vez que estes não conseguem gerar renda e dependem, em parte, de recursos públicos, principalmente, voltados para o setor saúde.

Desta forma, observou-se que, mesmo precisando melhorar bastante os níveis de produção e de produtividade, o assentamento promoveu transformações que foram além do aumento populacional e da retenção do homem no campo. Estas famílias, que antes de serem assentadas, representaram “problemas” ao município, em função da exclusão, da necessidade de gastos por parte da prefeitura e falta de qualificação profissional, quando assentadas e, depois, de um período de acomodação e organização interna passaram a gerar renda no assentamento e no setor urbano.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a reforma agrária promove o desenvolvimento econômico de seu entorno e, ao menos, na cidade de Querência do Norte, vem provando ser capaz de melhorar as condições de vida de pessoas que vivem nas áreas urbanas e rurais.

4 CONCLUSÕES

O Brasil é um dos poucos países do mundo que, em função de seu tamanho, possui uma grande área agricultável, a qual grande parte está nas mãos de grandes proprietários. A concentração de renda é uma das maiores do mundo. Tal situação leva vários movimentos sociais a reivindicarem espaços para morar e terra para sobreviver. Nesse contexto, como uma das alternativas, a reforma agrária re-insere, social e economicamente, milhões de excluídos.

A reforma agrária não representa a única alternativa para resolver todos os graves conflitos sociais e de renda existentes no País, mas pode-se afirmar que possui um papel na redução da pobreza no campo e promove o desenvolvimento econômico e social do assentado e do seu entorno.

Em relação ao assentamento estudado, pode-se dizer que a reforma agrária transformou a vida das famílias assentadas. Estas pessoas não tinham trabalho fixo, viviam como bóias-frias, migravam de uma cidade para outra na busca de emprego; não tinham perspectivas de melhorar suas condições de vida nem a de seus filhos. As crianças não conseguiam freqüentar a escola e as que o faziam não conseguiam permanecer por muito tempo, uma vez que, quando tivessem resistência física suficiente, seriam obrigadas a trabalhar com seus pais, no campo.

Com o assentamento esta situação sofreu alterações. Os assentados são mais independentes de trabalhos sazonais. Hoje, todas as famílias pesquisadas têm consciência de que, através de seu trabalho, podem melhorar suas condições de vida e oferecer melhores condições a seus filhos.

No assentamento, não há crianças fora da escola. A educação é prioridade para as famílias do assentamento de Pontal do Tigre. Elas têm claro que a transformação da realidade passa pela educação formal e pela cultura.

A melhoria na qualidade de vida dos assentados, apesar das divergências internas, vai além da educação e passa pelas condições de saúde, transportes, infra-estrutura e até mesmo de crédito, que anteriormente não tinham, por não possuírem emprego e residências fixa.

O assentado não rompeu com sua história passada, ao contrário, tem procurado transmitir a seus filhos todas as experiências vividas.

A maioria participa das discussões políticas e, para os entrevistados, está claro que a transformação da realidade do assentamento passa pela consciência política. Mesmo depois de assentados muitos permanecem na luta em defesa da reforma agrária, principalmente os integrantes do MST.

A reforma agrária, em Querência do Norte, melhorou as condições de vida dos assentados. Parte desta conquista é devida ao modelo de organização social dos assentados, que respeitaram as experiências vividas pelas famílias no passado e as orientações do MST.

No assentamento Pontal do Tigre pôde-se perceber que a reforma agrária estabeleceu uma complexa rede de organização entre as famílias, o que garante uma maior participação nas decisões de projetos de melhoria para a comunidade; gerou emprego e renda a centenas de famílias que não possuíam expectativas de alterar sua situação econômica e social.

A melhoria da qualidade de vida ultrapassou o assentamento, chegou ao setor urbano do município e é responsável, em parte, pelo desenvolvimento local.

Pode-se concluir que tanto ocorre a melhoria na qualidade de vida do assentado quanto verificam-se impactos positivos para o setor urbano.

No entanto, não se pode generalizar os resultados. Estudou-se um assentamento com mais de 30 anos de existência e falta conhecer melhor o alcance social e econômico das várias reformas agrárias em curso no país. Não há um dimensionamento das repercussões sociais e econômicas dos mesmos.

ABSTRACT

The discussion about development and agrarian reform has always been present in theory and public policy. Accordingly, on the one hand, there are those that identify the positives for the settlers and the other hand, highlighting the advances in local development, without concerns about the lifetime of the settlement. This article examines the interface with the rural settlement and urban sector and seeks to identify the principle changes both within and outside the settlement. We conducted a field research in Pontal do Tigre, Municipality of Querência do Norte, Paraná. The results are that the settlement, with more than 30 years, consolidated, has two important impacts: one inside the settlement, in which there is few conflicts, improvement of living conditions and social integration of families settled and the other result is that economic activities of the settlement contribute to the major dynamism of the urban sector, particularly in local and regional trade.

Keywords: Agrarian Reform, Local Development, Querência do Norte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, José Urbano. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira como medida fundamental de combate à fome. In: TEIXEIRA, E.L.; VIEIRA, W. da C. (Ed.). **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa, 1996. p. 161-181.

BENEDETTI, Adriane Cristina. **Na conquista da fronteira**: um estudo de caso nos Assentamentos Rurais de Hulha Negra/RS. 1998: 183 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Itaguaí, 1998.

BERGAMASCO, Sonia M P. P; FERRANTE, Vera L S B. No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benício V., MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, p. 171-204, 1998.

BESLEY, Timothy; BURGESS, Robin. Reforma agrária, redução da pobreza e crescimento: evidências na Índia. In: TEÓFILO, Edson (Org.). **A economia da reforma agrária**: evidências internacionais. Brasília: Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Rural, 2001.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. *IPEA*: Texto para discussão n. 621, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2002

GUANZIROLI, Carlos E. et al (Coord.). **Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário Sustentável**. Brasília: INCRA, 1997. Versão preliminar. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm. Acesso em: 23 out. 2002.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório sintético das ações de modernização do programa de reforma agrária**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm. Acesso em: 12 jan. 2003.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Sisnando Pedro et al. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sergio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Fravio de Carvalho; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

NOMURA, Mirian; ORTEGA, Antônio C. Reforma agrária e desenvolvimento local: o assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no Município de Campo Florido (MG). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002. Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: SOBER, 2002.

NORDER, Luiz A C. **A Construção da Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais**: questões, contextos e métodos. 2000. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/documentabase.htm>. Acesso em: 25 ago. 2002.

ROSSET, Peter. A produção primária frente a globalização. In. **Anais da Conferência Estadual de Reforma Agrária: o uso da terra e desenvolvimento do Estado**, 2001. Disponível em: <http://www.foodfirst.org/action/cgar/reformaagraria.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2003.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, set./dez. 2001.

SANTOS, Manoel José. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 225-238, set./dez. 2001.

SPARAVEK, Gerd. **Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Paginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em: 06 jul. 2003

TEÓFILO, Edson; MENDONÇA, Elvino de Carvalho. A economia da reforma agrária: evidências internacionais. Notas Introdutórias. In: TEÓFILO, Edson et al. (Org.). **A Economia da Reforma Agrária: evidências internacionais**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Qual política para o campo brasileiro?** (Do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo?). 1997. Disponível em: http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/artigos_trabalhos.html. Acesso em: 16 out. 2002.

ENTREVISTAS

CAMILO, Maria Edi. Entrevista concedida em 19 de setembro de 2003.

ROSSI, Antônio Norberto. Entrevista concedida em 18 de setembro de 2003.

